



Responder à Mutilação Genital Feminina

Um guia para profissionais

Esta brochura foi produzida no âmbito do projeto CHANGE e atualizada no âmbito do projeto de continuidade CHANGE Plus, ambos cofinanciados pela União Europeia e coordenados pela organização TERRES DES FEMMES na Alemanha. O objetivo é motivar comunidades na União Europeia afetadas pela MGF, para trabalhar para a sua completa irradicação.

Os parceiros do projeto CHANGE foram FORWARD (Reino Unido), FSAN (Holanda), Plan International (Alemanha), RISK (Suécia) e Euronet-FGM (de âmbito Europeu). Os parceiros do projecto CHANGE Plus são AIDOS (Itália), APF (Portugal), Coventry University (Reino Unido), Equipop (França), FSAN (Holanda), Stiftung Hilfe mit Plan (Alemanha), End FGM (de âmbito Europeu), bem como Bangr Nooma (Burkina Faso) e Plan International (Mali), enquanto parceiros associados.



O projeto CHANGE PLUS é cofinanciada pelo programa Direitos, Igualdade e Cidadania da União Europeia.

Mutilação Genital Feminina: o que é

A Mutilação Genital Feminina (MGF) é internacionalmente reconhecida como uma violação dos direitos humanos da mulher e uma forma de abuso sobre menores. Em comum com outras formas de violência de gênero, a MGF “constitui uma violação dos direitos fundamentais à vida, liberdade, segurança, dignidade, igualdade entre homens e mulheres, não-discriminação e integridade física e mental”. É também uma forma de violação dos direitos da criança definidos pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (Comissão Europeia, 25.11.2013).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a MGF da seguinte forma:

“A Mutilação Genital Feminina (MGF) compreende todos os procedimentos que envolvam a remoção parcial ou total da genitália feminina externa ou qualquer lesão aos órgãos genitais femininos sem que haja razões médicas” (OMS Mutilação Genital Feminina – Ficha Informativa Nº241, atualizada em fevereiro de 2014)

A OMS identificou quatro tipos de MGF:

- I: Clitoridectomia: remoção parcial ou total do clitóris e, em casos muito raros, apenas do prepúcio clitoriano.
- II: Excisão: remoção parcial ou total do clitóris e dos pequenos lábios, com ou sem excisão dos grandes lábios.
- III: Infibulação: consiste no estreitamento do orifício vaginal com a criação de uma membrana selante através do corte e aposição dos pequenos lábios e/ou grandes lábios, com ou sem remoção do clitóris.
- IV: Outros: todos os outros procedimentos prejudiciais à genitália feminina sem que haja razões médicas; por exemplo: picar, perfurar, incisar, raspar e cauterizar a área genital.

A idade das raparigas submetidas a MGF tem vindo a diminuir nos últimos anos, e até crianças e bebés podem ser afetadas. Na grande parte dos países, a maioria das raparigas foram cortadas antes dos 5 anos. (UNICEF, 2016, Mutilação Genital Feminina/Corte: Uma Preocupação Global).

De acordo com o Parlamento Europeu, meio milhão de raparigas e mulheres vivem com MGF na União Europeia, e mais 180.000 raparigas estão em risco de MGF todos os anos. Deste grupo, cerca de 8000 vivem em Portugal (Mutilação Genital Feminina: prevalências, dinâmicas socioculturais e recomendações para a sua eliminação Relatório Final, FCSH UNL 2015; Resolução do Parlamento Europeu de 24 de Março de 2009 sobre o combate à mutilação genital feminina; Relatório do Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE) sobre a MGF na União Europeia e Croácia, 2013).

Em Portugal, a Mutilação Genital Feminina é considerada, para quem a praticar, um crime punível com pena de prisão de 2 a 10 anos, pela Lei Nº 83/2015 e, por consequência, pelo Código Penal (Art.º 144 A). É também considerado crime, qualquer ato preparatório do crime, nomeadamente levar raparigas para o estrangeiro, ou ajudar, incentivar ou adquirir apoio para a prática de MGF no estrangeiro com o intuito de praticar MGF. Estes atos são puníveis com pena de prisão até 3 anos.

A MGF é uma violação dos direitos humanos, constitui uma ofensa corporal grave e é uma forma de violência de gênero. A MGF tem muitas consequências negativas. Algumas das comunidades praticantes de MGF acreditam que uma mulher que não seja cortada e que não se tenha submetido a MGF não pode ter um bom casamento, uma boa maternidade e uma vida socialmente respeitável. Para abordar a questão da MGF, estas crenças devem ser contestadas.

Por favor continue a ler para saber como pode, enquanto profissional, proteger raparigas da mutilação genital feminina.

A MGF é realizada nos seguintes países:

Benim	Egito	Mali
Burkina Faso	Eritreia	Mauritânia
Camarões	Etiópia	Niger
República Africana	Gâmbia	Nigéria
Centro-	Gana	Omã
Paquistão	Guiné	Paquistão
Chade	Guiné-Bissau	Arábia Saudita
Colômbia	Índia	Senegal
Costa do Marfim	Indonésia	Serra Leoa
República Democrática do Congo	Irão	Somália
Djibuti	Iraque	Sudão
	Jordânia	Tanzânia
	Quênia	Togo
	Libéria	Uganda
	Malásia	

e devido à migração: a nível mundial.

Esta lista de países consta do relatório da UNICEF de 2013 “Mutilação Genital Feminina – Uma estatística global e exploração da dinâmica de mudança”, discutido na “Segunda Conferência do Médio Oriente e Ásia sobre Mutilação Genital Feminina” em Maio de 2014. Outras áreas de ocorrência desconhecidas não podem ser excluídas.

Consequências da MGF para a saúde:

Complicações a curto prazo:

A falta de higiene nas práticas de MGF pode levar a infeções graves e sépsis. A dor aguda pode causar choque. Outras complicações são tétano, retenção urinária, ulceração da zona genital e lesão dos tecidos adjacentes. Ademais, hemorragias graves e infeções podem resultar em morte. Para além disso, a MGF pode afetar a saúde mental causando ansiedade, stress e alterações de humor.

Complicações a longo prazo:

A longo prazo, muitas mulheres podem ter complicações no parto (por exemplo: fístula obstétrica, cesarianas, rasgamento), problemas menstruais, relações sexuais dolorosas, hepatite B e C, VIH/SIDA, repetidas MGF devido a má cicatrização, formação de queloides e infertilidade. Muitas mulheres sofrem graves problemas psicológicos como resultado da MGF, incluindo stress pós-traumático e depressão. Frequentemente as mulheres afetadas podem não estar conscientes de que os seus problemas de saúde estão relacionados com a MGF e são, por conseguinte, ignorados. (Comité Inter-Africano sobre Práticas Tradicionais (IAC), 2009)

Legislação Europeia:

A União Europeia tem-se empenhado durante os últimos anos na aplicação de políticas e legislação para pôr fim à MGF.

Diretivas-chave adotadas pela UE:

A “Diretiva do Direito das Vítimas”, adotada em Outubro de 2012, obriga à existência de serviços de apoio a vítimas de violência, inclusive a vítimas de MGF.

A “Diretiva Procedimentos de Asilo”, apoiada pelo Conselho Europeu em Outubro de 2012, menciona especificamente as vítimas de MGF de entre as pessoas vulneráveis que devem receber tratamentos médicos apropriados durante o seu processo de asilo.

Na “Diretiva Qualificação [para Asilo]”, no fim de 2011, a MGF foi incluída enquanto motivo a ser tido em conta para obtenção de proteção internacional.

A Comissão Europeia lançou o seu primeiro plano de ação “Eliminação da Mutilação Genital Feminina” no Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres, a 25 de Novembro de 2013. A atual Estratégia da Comissão Europeia para a Igualdade de Género 2016-2019 tem também como prioridades chave, combater a violência de gênero e proteger e apoiar as vítimas, e inclui medidas para pôr fim à MGF.

A Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, também conhecida como Convenção de Istambul, é o primeiro tratado a reconhecer que a MGF existe na Europa e, como tal, precisa de ser sistematicamente combatida. Ela requer aos Estados membros que intensifiquem medidas preventivas através da abordagem às comunidades afetadas, bem como ao público em geral e profissionais relevantes. A Comissão Europeia propôs que a União Europeia ratifique a Convenção de Istambul do Conselho da Europa, enviando, assim, um sinal forte de que a violência contra as mulheres é uma violação dos direitos humanos.

Um outro projeto relevante e complementar ao CHANGE Plus é uma plataforma de conhecimentos baseada na web, United to End FGM, www.uefgm.org, que está atualmente a ser reformulada e virá a ser lançada em 2017. A plataforma United to End FGM (Unidos para pôr fim à MGF) procura melhorar o conhecimento público e profissional sobre a MGF, de maneira a melhor prevenir e abordar esta forma específica de violência contra as mulheres e raparigas.

Como lidar com a mutilação genital feminina

Estar consciente – estar preparado/a – ser útil – mostrar respeito

Dependendo da sua profissão, a situação em que entrará em contacto com mulheres e raparigas afetadas pela MGF será diferente. Em qualquer dos casos, você não quererá agir de forma inadequada (seja por ignorância, hesitação, simplificação ou reações não intencionais). Tente colocar-se no lugar da mulher/rapariga e pense sobre a sua situação específica na nossa sociedade e sobre o tipo de apoio de que ela poderá precisar.

O que faria nestas situações?

- Uma menina no jardim-de-infância está a contar que vai passar o verão em casa dos avós na Guiné Bissau. Ela fala de uma grande celebração que irá acontecer.
- Uma ativista contra a MGF defende a proibição de qualquer cirurgia aos pequenos ou grandes lábios porque, para ela, não faz sentido distinguir a MGF de uma operação cosmética à genitália feminina.
- Uma mulher grávida quer ter um parto natural apesar da sua infibulação. Ela procura uma enfermeira que tenha experiência neste tipo de procedimento.
- Uma mulher infibulada quer submeter-se a cirurgia de reconstrução do clitóris depois da sua MGF, mas receia que a sua família vá interpretar a sua decisão como renúncia à tradição.

Todas estas situações e muitas mais podem ocorrer na sua vida profissional. Se tem dúvidas sobre como reagir pode sempre procurar ajuda na APF ou nas organizações adiante indicadas!

Em Portugal, existem orientações para a ação dos profissionais de diversas áreas, nomeadamente profissionais de saúde, membros das CPCJ e profissionais de organismos policiais que podem ser consultadas em:

<https://www.cig.gov.pt/documentacao-de-referencia/legislacao/mutilacao-genital-feminina/>

<http://www.saudereprodutiva.dgs.pt/normas-e-orientacoes/mutilacao-genital.aspx>

<http://www.cnpcjr.pt/>

<http://www.policiajudiciaria.pt/PortalWeb/page/%7B8305E4BA-ADBF-4A50-9874-FE3FB4123BED%7D>

A sua profissão e a sua responsabilidade face à MGF

Se é polícia, membro da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens: esteja/a atento e acompanhe cada indício.

Se é assistente social, professor/a, educador/a de infância: ligue para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens se tem alguma suspeita.

Se é médico/a, profissional de saúde: poderá alertar o Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco da sua unidade de saúde ou informar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

Recordamos: a MGF é considerada um crime público e, por isso, se souber de uma um ato de mutilação e não o denunciar, poderá também ser considerado(a) responsável.

Reconhecer uma rapariga em risco de MGF

Situação

Está a trabalhar numa instituição educativa ou pediátrica e, por isso, sente que deve proteger as raparigas de danos graves e de cortes genitais. Mas tem dúvidas sobre se deve violar a privacidade de uma família, e sabe que pode ser perturbador para uma criança ver os seus pais acusados de um crime.

Lembre-se do que causou a suspeita. Analise cuidadosamente o que sente, e veja se este seu sentimento de desconforto é mais forte do que a sua preocupação em proteger a saúde da rapariga. Questionese se se incomodaria com a intervenção de alguém caso fosse a sua filha.

Identificação

Não existem provas concretas para uma mutilação genital iminente, apenas indicadores que poderão sugerir que uma rapariga poderá estar a enfrentar um sério risco de MGF:

- A família migrou de um país onde a MGF é comum ou aceite?
- A família planeou uma viagem ao país de origem dos pais ou avós? Falam sobre festividades ou cerimónias?
- A família desvaloriza e justifica a MGF?
- Existem casos de MGF no seio da família?

Estes indicadores não servem de prova de uma MGF iminente, mas são mais do que razões suficientes para agir.

Importante: a MGF não está necessariamente relacionada com outras formas de abuso de menores ou violência doméstica. Muitas vezes, os pais submetem as suas filhas à MGF porque querem e acreditam que estão a agir para o seu bem. E isto significa que, mesmo quando há afetos e confiança na família, a criança pode estar em risco.

Endereços de contacto e autoridades

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género – CIG

Av. da República, 32, 1º, 1050-193 Lisboa I Portugal
Tel.: (+351) 217 983 000
Fax: (+351) 217 983 098
www.cig.gov.pt, Email : cig@cig.gov.pt

Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens

<http://www.cnpcjr.pt/search.asp>
Direção Geral da Saúde – DGS
Alameda Afonso Henriques, 45,
1049-005 Lisboa I Portugal
Tel.: (+351) 218 430 500,
Fax: (+351) 218 430 530
Email: geral@dgs.pt

Alto Comissariado para as Migrações – ACM

R. dos Anjos, nº 66, 4º 1150-039 Lisboa, Portugal,
Tel.: (+351) 808 257 257

APF

Rua Eça de Queirós, 13, 1º
1050-095 LISBOA
Tel.: +351 213853993
www.apf.pt
apfsede@apf.pt

UMAR

Rua da Cozinha Económica, Bloco D,
Espaços M e N, 1300-149 Lisboa
Tel.: +351 218 873 005
Email: umar.sede@sapo.pt

AJPAS

Praceta Bento Moura Portugal, Bairro Girassol,
Venda Nova, 2700-109 Amadora
Tel.: +351 214 746 048,
Email: ajpas.direccao@gmail.com

Prevenir a Mutilação Genital Feminina

Situação:

Sabe que uma rapariga que conhece pode estar em risco de MGF.

Intervir é sempre um desafio. Peça a alguém de confiança para o/a apoiar e acompanhar. Lembre-se: se a sua suspeita for real, a rapariga pode vir a sofrer consequências graves se não intervir!

Está preocupado(a) e tem dúvidas: Contacte uma das organizações anteriormente indicadas e explique as suas preocupações. A organização conhece o risco estatístico da MGF em muitas sociedades e poderá desenvolver consigo uma estratégia que permita confirmar ou desfazer a sua preocupação. A organização está também muito bem informada sobre outras organizações que podem auxiliar.

Tem suspeitas, mas tem algumas reservas: Contacte a CPCJ da área de residência da rapariga. Você pode pedir anonimato sobre esta sinalização. Estes organismos são obrigados a agir assim que conhecem o caso de uma rapariga em perigo.

Em casos extremos, A CPCJ e/ou o Ministério Público têm o direito de determinar a residência da rapariga e poderão, inclusivamente, impedir a deslocação para o estrangeiro.

Está convencido/a que é urgente agir: Se conhece uma rapariga que está em perigo iminente de ser submetida a MGF, tem que agir imediatamente. Chame a polícia através do 112. Cortar partes da genitália de uma rapariga é um crime grave e as pessoas que oferecem esse serviço sabem-no. Garanta que a polícia o/a leva a sério e que age imediatamente.

Se tem conhecimento que uma rapariga vai ser submetida a MGF e não contacta as devidas autoridades, poderá ser acusado/a de cúmplice no crime.

Formas simples para ajudar a pôr fim à MGF

Trabalho em rede: distribua esta brochura a colegas e a outras pessoas interessadas. Para além disso, desafiamo-lo(a) a discutir as questões levantadas nesta brochura com outros profissionais que podem ter contacto com raparigas em risco e mulheres afetadas pela MGF.

Sensibilização do público: quantas mais pessoas tiverem informação sobre a MGF, mais viável se torna a eliminação desta prática. Se trabalharmos em conjunto, poderemos transformar tradições que apoiam a continuação da MGF. Por favor, partilhe as nossas publicações no Facebook e visite a nossa página eletrónica com regularidade. www.apf.pt

Informe-se: esta brochura fornece-lhe alguma informação básica para o/a auxiliar nos desafios sobre como lidar com questões de MGF na sua vida profissional. Poderá encontrar mais informação nas nossas páginas eletrónicas www.change-agent.eu e www.apf.pt.

Escolha da terminologia: Mutilação Genital Feminina/MGF é usada nesta brochura porque o termo “mutilação” reforça a gravidade dos danos desta prática, e também porque reflete uma violação dos direitos humanos. No entanto, a maior parte das raparigas e mulheres afetadas não se percebem enquanto pessoas mutiladas. Para lidar com raparigas e mulheres afetadas é importante ser-se sensível à terminologia que as mulheres escolhem usar, que pode ser, por exemplo, corte genital feminino, circuncisão feminina, ou uma palavra local que descreva o procedimento (por exemplo, o “Fanadu”).

Vamos falar sobre isso – algumas orientações para comunicar com raparigas e mulheres afetadas pela MGF

A MGF é uma norma social muito forte em muitas sociedades, e uma memória dolorosa para a maioria das raparigas e mulheres que foram submetidas a esta prática. No entanto, falar sobre a MGF é tabu na maioria nas comunidades praticantes. Nesse sentido, é necessária coragem para que raparigas e mulheres afetadas pela MGF sejam capazes de falar sobre isso. Ao iniciar uma conversa com uma rapariga ou uma mulher sobre MGF, pergunte-lhe se ela se sente confortável em falar sobre genitália, e sobre que terminologia prefere utilizar para nomear o procedimento. Pode tentar usar frases como “Li bastante sobre MGF, mas esses livros não respondem a todas as minhas questões, por isso gostaria de aprender mais contigo/consigo.” Respeite a possível decisão de ela não querer responder a perguntas que não são necessárias no contexto da sua relação profissional.

Se uma mulher ou rapariga confia em si o suficiente para discutir consigo a sua experiência de MGF, deve seguir estas linhas de orientação:

1) Assegure que haja tempo suficiente e, se necessário, ofereça outra consulta/ momento de atendimento caso o tempo seja limitado

Garanta que pode providenciar um ambiente calmo, relaxado e de confiança, que este tema requer. Deixe ser a rapariga ou mulher a determinar a velocidade, a atmosfera e a direção da conversa. Agradeça a disponibilidade para se conversar e explique a razão pela qual gostaria de saber mais. Caso exista uma barreira linguística, traga uma intérprete do sexo feminino, mas é sempre preferível, para proteger a mulher, que a intérprete não seja familiar, conhecida ou vizinha. Espelhe a sua linguagem e utilize “mutilação”, “corte”, “circuncisão” ou “aquilo que me foi feito”, tal como ela faz.

2) Esteja preparado/a e de mente aberta

Enquanto profissional, você detém muita informação sobre MGF, mas quando fala com uma rapariga ou mulher afetada deve permitir que ela lhe fale de MGF da sua perspetiva e da perspetiva da sua comunidade. Permita-lhe contar a sua narrativa sobre MGF à sua maneira e tente não interromper. Ouça e faça perguntas. Mostre-lhe que aprecia a sua confiança e abertura e faça-a saber que a conversa foi útil ao seu conhecimento e compreensão da MGF.

3) Seja profissional e não faça juízos de valor

Caso sinta medo, raiva, desespero, impotência, pena ou choque com o que está a ouvir, lembre o quão difícil é, para uma rapariga ou mulher afetada pela MGF, falar sobre isso. Esta conversa é sobre a vida dela e sobre o corpo dela – não é sobre você ouvir uma história. Não julgue o que lhe aconteceu, mesmo que ela julgue, porque estaria a julgar a mãe, os antepassados, a tradição da rapariga/mulher – e isso poderá ser considerado ofensivo e perturbá-la. Tente não demonstrar muitas emoções, mesmo que ela demonstre. Se você ou a rapariga/mulher sentirem desconforto a qualquer momento da conversa, façam uma pausa.

4) Pergunte-lhe sobre a sua perceção da MGF e debata-a, se necessário

Se a rapariga ou mulher considerar que a MGF é uma parte central da sua cultura ou religião, e que outras raparigas ou mulheres, incluindo as da sua família, devem também ser submetidas a MGF, então torna-se necessário discutir e tentar desmontar esta opinião. Deve informá-la que a MGF é ilegal na EU, e que é também ilegal enviar uma rapariga a um país fora da UE para ser submetida a MGF. Discuta com ela as graves consequências da MGF para a sua saúde. Providencie-lhe detalhes sobre onde ir para ter acesso a mais informação, ajuda e aconselhamento, incluindo questões legais e os riscos para a saúde.

Caso a rapariga ou mulher já tenha sido submetida a MGF e tenha uma irmã ou filha, deve seguir as instruções descritas na página 6.

Associação para o Planeamento da Família

A APF é uma ONG nascida em 1967, cuja missão é “Ajudar as pessoas a fazerem es colhas livres e informadas na sua vida sexual e reprodutiva, e promover a parentalidade positiva”.

A APF tem uma estrutura nacional composta por 6 delegações regionais – Lisboa Tejo e Sado, Centro, Norte, Alentejo, Algarve e Madeira - e a sua sede nacional é em Lisboa.

A APF promove diversos tipos de atividades tais como: advocacy, educação para a saúde, serviços de comunidade, formação e conhecimento.

A APF foi pioneira na abordagem do problema da MGF em Portugal desde 2000 e, desde aí, desenvolveu numerosas atividades de advocacy, sensibilização da opinião pública, intervenção nas comunidades, formação de profissionais e também realizou diversos estudos.

A APF é membro do Grupo de Trabalho Interministerial sobre MGF e membro do Conselho Consultivo da CIG.

A APF é membro da Rede europeia END FGM.

CHANGE e CHANGE Plus

Os projetos CHANGE e CHANGE Plus contribuem para prevenção da violência contra mulheres e crianças ligada a práticas tradicionais nefastas na Alemanha, Suécia, Holanda, Reino Unido, Itália, Portugal e França. O seu objetivo é:

- Sensibilizar para o problema
- Mudar atitudes
- Promover mudanças comportamentais, ligadas à Mutilação Genital Feminina em comunidades africanas na UE.

O que fazemos:

- Empoderamento de membros da comunidade para mudanças comportamentais tanto ao nível da comunidade, como ao nível político
- Análise das crenças das comunidades e dos seus processo de mudança face à MGF
- Desenvolvimento de competências e aprendizagem mútua
- Intercâmbio de boas práticas

Para mais informação sobre o projeto, por favor visite: www.change-agent.eu



Autor: TERRE DES FEMMES e Duarte Vilar, APF · Edição: Charlotte Weil, TERRE DES FEMMES, www.frauenrechte.de · Traduction: Sacha Touilh, Sérgio Vitorino · Design: Tina Dähn, styleabyte.de
Publicado em 2016

Aviso de responsabilidade:

Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro do Programa Direitos, Igualdade e Cidadania da União Europeia. O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade dos seus autores e não deve ser entendido como opinião da Comissão Europeia.